Leia Escola, Campina Grande, vol. 7, nº 1, 2007 – ISSN 1518-7144

ANÁLISE DO DISCURSO E PRÁTICAS DE LEITURA NA SALA DE AULA

Viviane Brito Silva[1]

Resumo

Ao apresentarmos um rápido esboço do percurso teórico iniciado por Michel Pêcheux e que se complementa a partir das reflexões realizadas por Michel Foucault, pretendemos, neste artigo, discutir alguns conceitos fundamentais para Análise do Discurso e demonstrar como essa área da lingüística pode se constituir numa ferramenta importante para o trabalho com a linguagem em sala de aula. Pelas contribuições desses dois pensadores, cujas idéias se complementam, podemos compreender como os discursos funcionam nas relações sociais, que são relações de poder. Essa articulação entre discurso e poder, instituída por Pêcheux e fortalecida por Foucault, permite analisar que práticas são produzidas nos discursos, quais os efeitos dessas práticas, como essas práticas estão sendo naturalizadas, que realidades estão sendo construídas pelos discursos. Desse modo, desenvolver, na sala de aula, um trabalho norteado pelos princípios da AD, significa transformar esse espaço num lugar onde os discursos possam circular, promovendo reflexões realmente produtivas sobre a relação entre linguagem e homem.

Palavras-chave: linguagem. discurso. poder.

Abstract

As we provide a brief outline of the theoretical background initiated by Michel Pêcheux and complemented by Michel Foucault's reflections, we intend in this article to discuss some basic concepts to Discourse Analysis and show how this field of Linguistics can become an important tool for working with language in the classroom. With the contributions from those two thinkers, whose ideas complement each other, we can understand how the discourses work in social relations, as power relations. That articulation between discourse and power, brought about by Pêcheux and strengthened by Foucault, allows us to analyse the practices produced in discourses, the effects of such practices, how those practices are being naturalized, and what realities are being constructed by the discourses. Thus, doing research in the classroom guided by the principles of DA, means to transform that space into a place

[1] Professora da Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim – BA e Doutoranda em Linguagem e Cultura na UFPB.

where the discourses can circulate and promote reflections which are truly productive, as regards the relation between language and man.

Keywords: language, discourse, power.

Introdução

A Análise do Discurso (AD), como área da lingüística, tem um papel fundamental na instituição de um novo modo de se entender a linguagem. Observando a materialidade lingüística não apenas como estrutura, mas pelas relações que se estabelecem entre as práticas discursivas e as condições sócio-históricas que determinam o aparecimento dos discursos, a AD se firma como uma das áreas mais produtivas das ciências da linguagem.

Através de um dispositivo teórico que congrega lingüística, história e psicanálise, a AD preocupa-se em investigar como dizemos o que dizemos desse modo e não de outro, ocupando-se, dessa maneira, em compreender os efeitos de sentido suscitados numa situação enunciativa. Para realizar um trabalho desse tipo, necessita reconhecer os discursos como práticas que, portanto, produzem efeitos, reforçam valores, (re)produzem relações de poder.

Ao apresentarmos um rápido esboço do percurso teórico iniciado por Michel Pêcheux e que se complementa a partir das reflexões realizadas por Michel Foucault, pretendemos, neste artigo, discutir alguns conceitos fundamentais para Análise do Discurso e demonstrar como essa área da lingüística pode se constituir numa ferramenta importante para o trabalho com a linguagem em sala de aula. Pelas contribuições desses dois pensadores, cujas idéias se complementam, podemos compreender como os discursos funcionam nas relações sociais, que são relações de poder.

Essa articulação entre discurso e poder, instituída por Pêcheux e fortalecida por Foucault, permite analisar que práticas são produzidas nos discursos, quais os efeitos dessas práticas, como essas práticas estão sendo naturalizadas, que realidades estão sendo construídas pelos discursos. Desse modo, desenvolver, na sala de aula, um trabalho norteado pelos princípios da AD, significa transformar esse espaço num lugar onde os discursos possam circular, promovendo reflexões realmente produtivas sobre a relação entre linguagem e homem.

O discurso em Pêcheux e Foucault

A AD de tradição francesa foi criada por Michel Pêcheux (1938-1983) a partir do entrelaçamento de três áreas do conhecimento: Linguística, Psicanálise e Marxismo. Através do trabalho de Saussure, que define as bases da ciência da língua; das contribuições de Lacan às descobertas de Freud e da

releitura de Marx feita por Althusser, Pêcheux elabora um dispositivo teórico para analisar a linguagem, considerando também o que é exterior a ela.

A AD é um dos ramos da Lingüística, portanto seu objeto de estudo, conforme definido por Saussure, é a língua. A materialidade lingüística, no entanto, interessa a Pêcheux na medida em que os efeitos de sentido das palavras só podem ser entendidos a partir das posições ideológicas, colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual são produzidas, o que quer dizer que o lingüístico comporta elementos exteriores a ele e, ao mesmo tempo, constitutivos.

Ao definir um novo objeto de estudo – o discurso – pela tensão entre estrutura e acontecimento, Pêcheux considera que

> todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso. (PÊCHEUX, 1990, p. 53)

Todo enunciado, dessa forma, é por um lado, logicamente estabilizado e, por outro, susceptível a falhas, a equívocos. Comporta, ao mesmo tempo, transparência e opacidade, por essa razão considerá-lo como estrutura e acontecimento significa reconhecer que

> todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço... (PÊCHEUX, 1990, p. 57)

Ao propor as bases de uma Análise do Discurso, como área de conhecimento interessada em investigar como os sentidos são constituídos pela linguagem, Michel Pêcheux contribui para estreitar as relações entre língua e exterioridade. A partir de uma metodologia específica que considera as condições sócio-históricas em que as palavras emergem, Pêcheux faz-nos enxergar que os sentidos não são apenas da ordem do lingüístico. Levando-se em consideração os lugares sociais ocupados pelos sujeitos quando se manifestam por meio da linguagem, podemos afirmar que essas posições determinam o que pode e o que deve ser dito pelos sujeitos envolvidos em situação de uso da linguagem, o que nos leva a concluir que os sentidos não são

da ordem do lingüístico apenas. O sentido é, sobretudo, histórico. Pêcheux esclarece:

> O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe em si mesmo (...) mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. (Pêcheux, Semântica e discurso, p. 190)

Efeitos de sentido, condições de produção, formação discursiva, interdiscurso, sujeito discursivo são algumas das noções mobilizadas para analisar o discurso. Como não existe o sentido, interessam as possibilidades de sentido que as palavras podem suscitar numa situação enunciativa que é sempre particular e específica, já que nunca se repete. As posições ocupadas pelos sujeitos que fazem uso da linguagem são determinadas por formações discursivas relacionadas a formações sociais, uma vez que o sujeito é sempre um ser social. Seu dizer, portanto, sempre atualiza sentidos que não têm origem nele, mas que estão inscritos numa rede interdiscursiva. As palavras estão sempre carregadas de sentidos pré-existentes e as relações estabelecidas entre elas nas situações enunciativas podem ser as mais diversas possíveis, o que possibilita que os sentidos fujam sempre ao controle dos sujeitos.

O papel do analista deve ser então o de considerar os enunciados a partir de um feixe de relações que os condena a estar sempre relacionados a outros. Desse modo, cabe ao analista focalizar as condições (econômicas, políticas, sociais etc) que possibilitaram o aparecimento de certos enunciados e não de outros, numa determinada situação enunciativa.

Com Michel Foucault (1926-1984), filósofo francês, há a configuração de um novo modo de se pensar o discurso a partir das relações em que micro-poderes estão em jogo. Pensar a relação discurso e poder é ampliar as possibilidades de compreensão dos discursos como práticas sociais.

Foucault reforça o caráter social dos discursos quando o define como prática que, no campo social, associa a língua com outras práticas. O discurso deve então ser pensado como prática discursiva. Gregolin (2004) nos alerta que não foi objetivo imediato de Foucault construir uma teoria do discurso, suas temáticas sempre foram mais amplas e envolveram as relações entre os saberes e os poderes na história da sociedade ocidental, mas para isso elege o discurso como uma das categorias de análise. O discurso esteve presente em toda a sua obra, a partir da articulação com outras noções fundamentais - como saber, verdade e poder - para explicar como o indivíduo, imerso sempre em determinadas situações histórico-sociais, se subjetiva pela linguagem.

Sendo a linguagem o que de mais essencial constitui o sujeito, o discurso torna-se então uma das categorias de análise mais importantes para entender como os saberes são construídos e a que eles se prestam nas relações humanas que pressupõem sempre relações de poder. Para Foucault, o discurso deve ser considerado no jogo de sua instância, o que significa

> compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. (FOUCAULT, 2002, p.31)

Para Foucault, nas relações humanas, quaisquer que sejam elas, o poder está sempre presente, mas essas relações de poder são móveis, ou seja, podem se modificar, não são dadas de uma vez por todas. Foucault, dessa maneira, desloca a noção de poder como característica apenas das instituições e como algo estático e de conseqüências somente negativas, afirmando que o poder está nos sujeitos e que ele circula, uma vez que ele não tem um eixo gerador, mas se exerce de forma difusa em todas as relações humanas. O poder, portanto, não é sempre um mal, ele possui uma eficácia positiva, por seu caráter disciplinar e normalizador. Foucault explica por que o poder se mantém:

> Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse somente por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. (FOUCAULT, 2007, p. 148)

Além do mais, como as relações não são estáticas ou fixas, há sempre a possibilidade de se inverterem os papéis. Foucault relativiza a noção de poder, destituindo-o de um caráter estático e negativo, ao mostrar que circula e é dinâmico.

Assim, a partir da leitura de Foucault somos levados a pensar sobre o modo como certas coisas são constituídas, pensar sobre aquilo que temos como dado, que é naturalizado em nós a tal ponto que dificilmente nos damos conta de seu processo de constituição. O poder não tem uma essência, ele simplesmente existe como prática. Investigar o discurso enquanto prática que naturaliza certas verdades, significa desnaturalizar o que pode figurar como pressuposto.

Acreditamos que essas reflexões trouxeram um novo vigor às ciências sociais de maneira geral e, particularmente, para a Análise do discurso. Como foi dito, nossas relações, quaisquer que sejam, são sempre relações de poder. Estamos, inevitavelmente, mergulhados num universo de disputas em que micro-poderes estão em jogo. Mas essas relações também parecem tão naturalizadas a ponto de que nem sempre nos damos conta disso. Mais do que nunca, é necessário refletir sobre essa relação discurso e poder e a sala de aula constitui espaço privilegiado para essas discussões.

Discurso é prática: algumas considerações

> A linguagem tem o poder de construir sonhos, de dar existência a utopias e, assim, apoderar-se das consciências e pôr em marchas mudanças. A vida humana altera-se, porque os homens são dotados de linguagem.
>
> Fiorin, 2007.

Todas as vezes em que usamos a palavra estamos agindo sobre nós mesmos e sobre o outro, é por isso que dizemos que o discurso é uma prática. A palavra materializa valores, crenças e visões de mundo, por isso através dela realizamos ações. Transformar o que passa pela nossa cabeça em palavras aparenta ser muito simples, mas subjacentes a essas materialidades estão sentidos, produzindo efeitos sobre nós mesmos e sobre o outro. Desse modo, o discurso constitui um fazer, é uma prática.

Ao distanciar a noção de palavra de um sentido mais abstrato e considerá-la como ação, a AD reforça o caráter concreto do discurso. Falamos aqui de algo que pode ser sintetizado pela máxima popular ***as palavras têm poder***. Com palavras, aceitamos ou rejeitamos, afirmamos ou negamos, revelamos ou escondemos...

Discurso é prática! E as nossas práticas, por mais corriqueiras que sejam, produzem efeitos, constroem sujeitos, reforçam modelos, criam realidades. Refletir sobre a linguagem de modo mais amplo deve ser tarefa da escola e para tanto, defendemos a Análise de discurso como uma das ferramentas mais produtivas para que o trabalho em sala de aula possa oportunizar a formação de cidadãos que compreendam a língua de maneira mais ampla, reconhecendo que ela não é um instrumento de comunicação somente, mas aquilo de mais fundamental que constitui o sujeito, inserido em práticas sociais.

Leituras e sentidos

Para a Análise do Discurso (AD) todo texto materializa discursos. No processo de leitura, é o leitor que busca desvendar os sentidos, através do estabelecimento de relações possíveis. Há muitas possibilidades de leitura, como são vários os leitores. Cada um aciona os mecanismos de que dispõe na tentativa de dar sentido ao texto.

Segundo Orlandi (2001, p 117) a AD está interessada em

> problematizar a relação com o texto, procurando apenas explicitar os processos de significação que nele estão configurados, os mecanismos de produção de sentidos que estão funcionando. Compreender na perspectiva discursiva, não é, pois, atribuir um sentido, mas conhecer os mecanismos pelos quais se põe em jogo um determinado processo de significação.

Sabemos que o sentido não está no texto, mas é construído pelo leitor na interação com o texto; esse diálogo, no entanto, não esgota suas possibilidades de leitura. A prática de leitura proposta pela AD será direcionada pelo propósito de estabelecer relações entre elementos, extrapolando os limites puramente lingüísticos dos textos. Valores políticos, econômicos, sociais, históricos, estéticos e outros motivam e repercutem de algum modo nos textos, e sua análise em articulação com os elementos lingüísticos deve nortear o processo de leitura.

A AD, portanto, rejeita a leitura redutora, que considera os textos a partir somente dos seus elementos lingüístico-estruturais. Considerar a linguagem somente como estrutura limita a compreensão, desconsiderando a noção de discurso. Ao contrário, a leitura plural vê os elementos lingüísticos em sua relação com as condições sócio-históricas em que foram produzidos. Leitura plural, porém, não significa que o texto autoriza toda e qualquer leitura. Os textos dizem algumas coisas e silenciam outras, autorizam determinadas leituras e interditam outras, porque estão carregados de discursos.

Portanto, é necessário que o professor reconheça o texto não apenas como estrutura, formada de frases e orações que podem descritas linguisticamente, mas, sobretudo, como acontecimento, já que constitui o dizer produzido por alguém num determinado momento histórico. Todo texto surge a partir de uma situação enunciativa real, algo determinou seu aparecimento. Os textos não surgem do nada, eles estão sempre inscritos numa rede de outros dizeres existentes na sociedade e por isso são sempre uma resposta, uma pergunta, um questionamento, uma afirmação ou negação de um conjunto de formulações existentes que possibilitam que novos dizeres possam aparecer.

Por fazer parte dessa rede enunciativa, nenhum sentido é transparente ou evidente, sempre há a possibilidade de se estabelecerem relações diversas, num processo de leitura, que nunca deve ser limitado à busca do estabelecimento do sentido único e fechado. Não há **o sentido**, mas sentidos que povoam as palavras e que estão pululando em volta delas à medida que tentamos captá-los. Os sentidos não se esgotam com a leitura, por mais atenta que ela seja, porque várias são as articulações que os diferentes leitores podem realizar a partir do seu contato particular com os textos.

O leitor atento, no entanto, deve estar preocupado em entender as condições de aparecimento dos discursos. Como é possível que se diga deste modo e não de outro numa situação enunciativa. Interessa perceber como os dizeres estão funcionando para afirmar ou negar, se aproximar ou se distanciar de um conjunto de outros enunciados que já existem na sociedade. Nesse processo, regimes de verdade estão sendo instituídos e cristalizados, o que demonstra como a linguagem constitui os sujeitos. Somos assim e não de outro modo, porque ao nascer, entramos num mundo de discursos, que vão constituir nosso pensamento, nossa maneira de dar sentido às coisas, ao mundo. Os discursos preexistem a nós e nos atravessam, constituindo o que somos. Essa idéia de atravessamento nos autoriza a pensar em discursos que se distribuem de uma forma difusa, mas com força suficiente para determinar, constituir e explicar as coisas, nós mesmos e o mundo.

Os discursos, portanto, constroem as subjetividades. Somos desse modo e não de outro porque vivemos num mundo de discursos. Os discursos configuram a maneira de pensar e os modos de dizer e de agir nas situações sócio-históricas. Os discursos, desse modo, só podem ser pensados como práticas discursivas articuladas com determinadas condições econômicas, sociais, políticas, culturais.

Observando a materialidade verbal e/ou não-verbal não apenas como estrutura, mas pelas relações que se estabelecem entre as práticas discursivas e as condições econômicas, sociais, políticas e culturais, e objetivando compreender os efeitos de sentido possíveis nos processos de leitura, a AD se firma como um das áreas mais produtivas para o desenvolvimento do leitor competente.

A propósito de nossas discussões sobre o ensino da língua, vejamos os textos a seguir:

Texto 1:



Texto 2:

CHURRASCO NA GRANJA DO TORTO

Lula oferece um churrasco na Granja do Torto. Ficou surpreso ao verificar que havia um monte de sacos de cal no local do churrasco. Perguntou ao Prof. Luizinho:
- Quem pediu esses sacos de cal?
- O senhor - respondeu o Professor.
- Eu? - perguntou indignado.
- Sim, foi o senhor mesmo, companheiro.
- Mas como você me acusa de uma coisa dessas, companheiro? - esbraveja irado, elegante com sua face vermelha combinando com um terno Armani novinho.
- Lógico! - Disse o Luizinho mostrando ao ilustre o bilhete que o mesmo havia deixado para compras.
Estava claramente escrito: "102 kilo de CAL".
- Mas você é iletrado mesmo, companheiro! - disse o Lula, babando de ódio com a ousadia do Deputado. - Apenas esqueci de por cedilha no C. É lógico que era ÇAL para o churrasco. E aonde você viu que eram 102, seu retardado? Escrevi 1 ô 2 kilo, seu burro!!!

Escrito por Eleitor descontente em 29/05/2006 no site:
http://www.piadadepolitico.globolog.com.br/

Num processo de leitura, condizente com a proposta da Análise do discurso, poderíamos, diante de textos como esse, pensar sobre questões como as seguintes:

- Em que gênero esses textos se inscrevem? Por que nesses gêneros e não em outros? Onde e como esses gêneros podem circular? Por quê?
- Qual a relação entre a materialidade lingüística e os gêneros nos quais esses textos se inscrevem?
- Como funciona o humor para que os sentidos possam se constituir?
- Qual a relação que se estabelece entre linguagem verbal e não-verbal no primeiro texto?
- Que efeitos de sentido provocam?
- Que redes de memória podem ser ativadas a partir dos efeitos de sentido produzidos pelos textos? Ou que outros dizeres existentes na sociedade podem ser retomados/atualizados a partir da leitura desses textos?
- Que sentidos silenciam?
- Por que tais palavras provocam esses efeitos e não outros?
- Quem são os sujeitos que falam para falarem assim?
- Inscrito numa determinada racionalidade/lógica, que verdades instituem ou rejeitam? Reforçam estereótipos?
- Que conjunto de enunciados existentes na sociedade esses textos reafirmam? Que enunciados contradizem?
- Que articulações podemos fazer entre esses textos e as relações de poder existentes na sociedade?
- Como foi possível o aparecimento desses ditos? Que condições sócio-históricas permitem o aparecimento desses dizeres? Que relações podemos estabelecer entre os ditos e as condições sócio-históricas de sua existência?

Textos como esses certamente possibilitam a emergência de boas discussões e polêmicas, o que deve ser incentivado pelo professor, responsável por promover a circulação dos discursos na sala, fazendo com que esse espaço seja, de fato, um lugar de produção e análise de discursos. A leitura dos textos deve oportunizar que os alunos se posicionem, discutam as idéias, apresentem argumentos, produzam discursos de aceitação, questionamento ou recusa diante de temas como educação, família, futebol, política, mídia, humor, relações de poder... Ao professor, não cabe estabelecer as verdades definitivas e inquestionáveis sobre os textos. Importa, sobretudo, conduzir a discussão para

que se percebam as condições de aparecimento dos discursos: Por que é possível pensar e falar desse modo e não de outro? – seria uma das perguntas fundamentais.

Promover discussões mais amplas sobre a linguagem em sala de aula pressupõe um professor que domine alguns conhecimentos básicos sobre esse novo modo de encarar os acontecimentos lingüísticos, mas exige, sobretudo, a assunção do compromisso imposto pela responsabilidade de formar cidadãos. Acreditamos que os professores realmente comprometidos com o seu papel na sociedade há muito têm percebido que a formação de leitores competentes é muito mais significativa e urgente do que de repetidores de informações. O que importa são os objetivos reais que norteiam as práticas. Acredito que a questão pode ser sintetizada pela pergunta: por que fazer assim e não de outro modo?

Repensando práticas

Num artigo fundamental para compreender o ensino de língua no Brasil, Mendonça (2006) analisa o que ela chama de políticas de fechamento de possibilidades de trabalho com a língua na escola que "agem contra a heterogeneidade e imprevisibilidade do discurso". Para a autora, se bem-sucedidas, essas políticas

> realizam momentaneamente um silenciamento das inúmeras possibilidades de sentidos de textos, uma estereotipação do gênero discursivo e um banimento das variedades lingüísticas não-privilegiadas a terreno ocupado por aqueles que não terão oportunidades na vida. (MENDONÇA, 2006. p. 244)

Para uma prática educativa mais produtiva e livre de modelos que cerceiam as possibilidades de leituras plurais, o professor precisa estar disposto e preparado para planejar suas aulas, sem estar restrito a modelos cômodos e impostos, como é o caso dos livros didáticos. Limitar-se ao livro didático, por sua própria condição de material preparado a partir de certos interesses, visões de mundo e realidades generalizantes, restringe, delimita e impõe determinados enfoques de leituras e análises, empobrecendo as aulas de língua.

O professor consciente de seu papel deve exercer sua liberdade e autonomia, planejando suas aulas a partir de uma diversidade de textos, interessantes, significativos e relacionados às condições reais de existência de sua comunidade escolar, para que possam suscitar respostas. Fragmentos de textos clássicos, notícias velhas, charges e propagandas desatualizadas e cristalizadas no livro didático, por exemplo, limitam a interpretação de sentidos possíveis e silenciam discursos dos alunos, que se desmotivam a falar de algo

que não lhe diz respeito, por não fazer parte de sua realidade. O planejamento das aulas deve, portanto, estar centrado em textos de existência real, funcionando efetivamente na sociedade em que os sentidos se constroem na própria efervescência dos acontecimentos. Desse modo, o aluno deve ser incitado a falar de algo que lhe afeta, que diz respeito à sua existência, que faz parte de suas práticas, fazendo com que perceba a relação indissociável entre linguagem e vida. O sujeito-aluno, dessa forma poderá se constituir como um sujeito de dizer, envolvido numa rede dialógica real e não forjada ou fictícia.

Acreditamos que vale mais a pena trabalhar com aquela notícia que saiu ontem e não com aquela congelada no livro didático e que não precisa mais suscitar dizeres porque nada mais poderá ser feito. Aquela notícia do livro, no entanto, também pode suscitar um diálogo interessante com aquela poesia de Manuel de Barros ou com aquele conto de Lígia Fagundes Teles que o professor havia selecionado a partir de outros objetivos. O que estamos querendo dizer é que o ensino deve fugir a limitações, quaisquer que sejam. As relações dialógicas entre os textos são as mais diversas e o professor, com habilidade e criatividades deve aproveitar todas as situações para ampliar os horizontes de leitura de seus alunos.

Analisar a propaganda veiculada nos outdoors da cidade, as piadas presentes no cotidiano da classe, as músicas cantadas pelos alunos, as histórias contadas pelos seus avós, as charges da semana, o horóscopo do mês, as receitas usadas em casa, os avisos, placas e cartazes existentes no trajeto até a escola, as frases de caminhão, as orações, os e-mails, blogs ou as correntes que circulam na internet e todos os demais gêneros existentes e relacioná-los a outros deve servir para permitir uma maior articulação de dizeres e sentidos. O aluno deve aprender a posicionar-se como sujeito de práticas discursivas, sujeito que pode lançar sua contrapalavra, sujeito que pelo dizer, pode modificar sua própria existência. Sobre isso, é interessante retomarmos Mendonça (2006) nos alerta para o fato de que as políticas de fechamento as quais analisa no texto já citado anteriormente, em conjunto, configuram "uma teia em que se pretende prender o sujeito e seu discurso, num processo (diga-se projeto) não só de homogeneização e monologização, mas também de silenciamento do sujeito".

As leituras, propostas em sala de aula, portanto, devem extrapolar as questões puramente lingüísticas ou estruturais, tendo em vista as práticas discursivas envolvidas nas práticas sociais em que os sujeitos estão inseridos. Para isso, a enunciação é o que interessa, o acontecimento que permite que algo seja dito desse modo e não de outro, numa situação de uso da língua. O

gênero trazido para a sala de aula deve significar pelo acontecimento de seu retorno naquela nova situação comunicativa que é a sala de aula. O gênero será deslocado de sua situação efetiva de uso na sociedade para que se possa compreender de que maneira a linguagem é usada efetivamente em nossa sociedade e quais os efeitos desse uso, configurando nossas relações com nós mesmos, com o outro e com o mundo.

Pensamos que, desse modo, as aulas de língua sempre estariam voltadas para a análise de enunciados reais, efetivamente produzidos e situados numa situação sócio-histórica definida, ao invés de frases ou textos descontextualizados que se prestam tão somente a análises lingüísticas superficiais, o que oportunizaria uma formação escolar mais ampla, ancorada numa metodologia realmente transdisciplinar que possibilitasse uma visão menos compartimentada dos saberes, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma postura política e ética.

Nesse sentido, a sala de aula seria um espaço de ensino em que as situações enunciativas se tornariam menos artificiais, permitindo a reflexão mais ampla das relações entre a linguagem e o poder.

É necessário que estejamos sempre dispostos a refletir sobre o ensino da língua na escola e sobre o nosso papel como professores, para que possamos repensar práticas e adotar uma postura cada vez mais condizente com nossa responsabilidade na formação de alunos-cidadãos.

Referências

FERNANDES, C. A. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. 2ª ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FIORIN, J. L. O poder criador da linguagem. **Revista Língua Portuguesa**, São Paulo, Ano II, n. 22, p. 54-55, ago. 2007.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. Subjetividade e verdade. A hermenêutica do sujeito. In: **Resumos do Cursos do Collége de France**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. **A ordem do discurso**. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

GREGOLIN, M. R. V. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. In FERNANDES, C. A. e SANTOS, J. B C. (Orgs.) **Análise do Discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: Entremeios, 2004.

MENDONÇA, M. C. Língua e Ensino: Políticas de Fechamento. In: MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. (orgs.) **Introdução à Lingüística:**

domínios e fronteiras, v. 2. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
PÊCHEUX, M. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 1990.
_____. Semântica e Discurso.
KOCH, I. V e ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.
DIONISIO, A. P. et alii (orgs.) Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
ROJO, R. (org.) A prática da linguagem em sala de aula: Praticando os PCNs. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado das Letras, 2000.

A CRIAÇÃO DE ANIMAÇÕES PARA VISUALIZAÇÃO DA ARTICULAÇÃO DOS SONS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO[1]

Juliano Desiderato Antonio[2]
UEM
Laís Hissae Ito
PIBIC/UEM

Resumo

Neste trabalho, descreve-se o processo de criação de animações para visualização da produção dos sons do Português Brasileiro por meio de *software livre*. Espera-se que a disponibilização dessas animações na internet sirva como recurso facilitador para o ensino de Fonética e como recurso que pode promover discussões sobre o ensino de ortografia.

Palavras-chave: Fonética; animação; aparelho fonador.

Abstract

This paper describes the process of creation of animations for the visualization of the articulation of Brazilian Portuguese sounds using free software. It is expected that the release of these animations on the internet can be a useful resource to the teaching of Phonetics and as a resource that can encourage discussions about the teaching of spelling.

Keywords: Phonetics; animation; vocal organs.

Introdução

A utilização de recursos tecnológicos na educação e na pesquisa científica é, sem sombra de dúvidas, um desafio a ser enfrentado na área de Ciências Humanas. É de conhecimento geral que os avanços tecnológicos têm trazido benefícios para todas as áreas de conhecimento, inclusive para a área das Ciências Humanas. Observa-se, no entanto, que a popularização desses avanços não se dá de forma homogênea em todos os lugares do mundo. No Brasil, por exemplo, as inovações tecnológicas parecem não estar presentes com tanta frequência no campo dos Estudos Lingüísticos, embora existam muitas ferramentas computacionais que poderiam facilitar o ensino e o trabalho de pesquisa.

---

[1] Agradecemos o apoio financeiro recebido da PPG/UEM por meio do Edital 09/2007 e a bolsa de Iniciação Científica concedida pela Fundação Araucária.
[2] E-mail: jdantonio@uem.br.